



A PRESENÇA DAS RELIGIÕES DE MATRIZ AFRICANA NAS OBRAS DE MÁRIO YPIRANGA MONTEIRO E ANDRÉ VIDAL DE ARAÚJO: OBRAS DE 1956 A 1998

THE PRESENCE OF AFRICAN-BASED RELIGIONS IN THE WORKS OF MÁRIO YPIRANGA MONTEIRO AND ANDRÉ VIDAL DE ARAÚJO: WORKS FROM 1956 TO 1998

STHEFANNE AUZIER DE FREITAS⁵⁷

Resumo

O presente artigo pretende partir da relação entre Antropologia e História ao atentar para os escritos desenvolvidos no século XX, especificamente de 1956 a 1998, sobre as religiões de matriz africana no Amazonas. Nosso objetivo é fazer um levantamento bibliográfico aprofundado dos escritos de Mário Ypiranga Monteiro e André Vidal de Araújo, com o intuito de entender os contextos sociais de suas pesquisas, e, a partir delas, destacar a relevância da presença negra na história de Manaus e do Amazonas, sobretudo a influência das religiões de matriz africana. Além disso, busca entender os envolvimento que estabeleceram com importantes terreiros e lideranças na época.

Palavras-chave: Religiões de matriz africana; Manaus; Presença negra.

Abstract

The present article intends to depart from the relationship between Anthropology and History by paying attention to the writings developed in the 20th century, from the 1956 to 1998, regarding religions of African and Afro-indigenous origins in Amazonas. With this, we wish to carry out an in-depth bibliographical survey of the writings of Mário Ypiranga Monteiro and André Vidal de Araújo with the aim of understanding the social contexts of their research, the relevance of the black presence throughout the history of Manaus and the Amazons narrated by them, especially from African-based religions, and the involvements they established with important terreiros and leaders at the time.

Keywords: Religions of African origin; Manaus; Black presence.

Introdução

As pesquisas sobre as religiões de matriz africana no campo da História seguem crescendo pelo Brasil, sobretudo a partir dos anos 2000. Essas pesquisas são essenciais

⁵⁷ Graduanda em História na Universidade Federal do Amazonas (UFAM). E-mail: sthefannefreitas0605@gmail.com.



para compreender as formas de existência e de resistência que esses modos de existir no mundo carregam consigo. Há, na área, trabalhos como o de Edmar Ferreira Santos (2009), que estudou as perseguições sofridas pelos praticantes de candomblé durante o século XIX na Bahia. Seu estudo foi publicado no livro “O poder dos candomblés: perseguição e resistência no Recôncavo da Bahia”. Em seu trabalho mais recente, “Na esteira do terreiro: religiões afro-brasileiras e associativismo na Bahia (1930-1970)” (Santos, 2023), o autor estudou a relação entre as organizações de matriz africana na Bahia e o movimento negro. Outra obra importante é “Religiões negras no Brasil: da escravidão à pós-emancipação”, organizado por Valeria Costa e Flávio Gomes (2016). Neste livro, os autores reuniram uma série de trabalhos sobre as religiões de matriz africana em diferentes partes do Brasil, tratando também das vivências de escravizados e de ex-escravizados.

No Amazonas, por sua vez, as pesquisas sobre a existência da presença negra na região aumentam progressivamente, depois de anos de relativização sobre essa questão. O principal trabalho recente sobre a presença negra é o livro organizado pela pesquisadora Patrícia Alves Melo (2011), “O fim do silêncio: presença negra no Amazonas”, que demonstra, a partir da vivência de escravizados e negros libertos, a relevância da presença negra no Amazonas. Entretanto, no âmbito da História, estudos sobre as religiões de matriz africana no Amazonas continuam escassos. O principal trabalho recente é a dissertação “Pajelanças e cultos pretos em Manaus (1904 a 1940)” de Adriano Magalhães Tenório (2021). Nessa dissertação, o autor descreve como os cultos pretos e a pajelança eram criminalizados e perseguidos pelo “Jornal do Commercio” durante o período recortado.

Para uma investigação sobre a formação das religiões de matriz africana no Amazonas, torna-se necessário uma análise aprofundada dos trabalhos de Mário Ypiranga Monteiro, criador de um acervo sobre o folclore amazonense presente na Biblioteca Mário Ypiranga Monteiro, localizada no Centro Cultural Povos da Amazônia. Este grande pesquisador realizou estudos sobre o Amazonas entre as décadas de 1940 e 1990, com trabalhos que retratam aspectos da presença das religiões de matriz africana na região. Durante a pesquisa na biblioteca, entrei em contato com o trabalho de outro autor contemporâneo a Ypiranga Monteiro que também escreveu trabalhos sobre as religiões afro-brasileiras no Amazonas André Vidal de Araújo, que participou das mesmas instituições que Mário Ypiranga.



Em contexto nacional, durante parte do século XX no Brasil, ocorreu uma mobilização para estudos sobre aspectos ligados à pesquisa do folclore e, principalmente, à catalogação dessas expressões culturais, com um foco no estudo da cultura das partes consideradas mais à margem da sociedade, e com isso se procurava encontrar uma imagem do nacional ou da cultura regional mais legítima e uma espécie de identidade nacional. Segundo Luís Rodolfo Vilhena (1995, p. 6), “a cultura folclórica não era estudada apenas em função de um interesse meramente especulativo. Traíndo suas origens românticas, a maioria dos folcloristas buscava no ‘povo’ as raízes autênticas e genuínas que permitiriam definir sua cultura nacional”. Para fazer essas pesquisas, que buscavam uma valorização e preservação do folclore, foram criadas algumas instituições, como a Comissão Nacional de Folclore (CNFL) em 1947 e a Campanha de Defesa do Folclore Brasileiro (CDFB) em 1958. Com a mobilização de instituições nacionais, deu-se início ao financiamento de pesquisas com foco regional em diferentes estados do Brasil.

No Amazonas, o cenário de interesse nos estudos do folclore e de uma identidade regional não era muito diferente, diversos estudos procuravam, por meio da pesquisa sobre a região, produzir uma identidade própria e uma legitimidade cultural, devido ao fato que historicamente a região Norte era vista como uma região à margem do Brasil e, por isso, necessitava de meios para se destacar. As pesquisas em âmbito regional também foram institucionalizadas com a criação do Instituto Geográfico e Histórico do Amazonas (IGHA), da Academia Amazonense de Letras (AAL) e da Comissão Amazonense do Folclore.

Devido aos problemas econômicos e sociais do Amazonas causados pelo ciclo econômico da borracha, se tornava necessário procurar uma relevância cultural frente ao âmbito nacional, já que a relevância econômica se encontrava em crise. Segundo Charles Falcão:

Era preciso estabelecer um novo traçado no processo de representação da região de maneira a solucionar os problemas sociais, políticos e econômicos que a afligiam e esse aspecto passa a figurar nos processos de redimensionamento do entendimento da região promovido por seus diferentes intérpretes (FALCÃO, 2015, p. 11).

Assim, essas instituições representavam tanto o prestígio cultural da região quanto o político.

Nesse contexto, foi possível apresentar a cultura e a natureza amazonense como algo único e forjar um espaço cultural regional para que diversos intelectuais interessados



na temática Amazonas pudessem produzir sobre o tema (Souza, 2020); dessa forma, o IGHA e a AAL recebiam grande atenção como locais de produção intelectual, além de manterem ligação com a Comissão Nacional do Folclore. Segundo Selda Vale da Costa:

As elites de 54 desenvolvem um pensamento glebarista, de exaltação ao regionalismo, expresso na literatura da caboclitude de Álvaro Maia, na sociologia humanista de André Araújo, nos estudos do folclore amazonense de Mário Ypiranga Monteiro e na etnologia de Nunes Pereira, estudiosos da cultura cabocla, cultura da mestiçagem que se implanta no Brasil a partir dos anos 30 (Costa, 1997, p. 94).

Nesse âmbito, destaca-se a obra de Mário Ypiranga Monteiro, nascido em 1909 em Manaus. Foi advogado, historiador, antropólogo e folclorista, Monteiro estudou no Ginásio Amazonense (atual Colégio Pedro II) e bacharelou-se em Direito pela Faculdade de Direito do Amazonas. Eleito para cadeira 10 da Academia Amazonense de Letras, contribuiu para o Instituto Geográfico e Histórico do Amazonas. Seu amplo trabalho sobre a cultura amazonense em diversos aspectos o colocou como um dos mais importantes intelectuais locais no que diz respeito ao folclore amazônico (Falcão, 2015, p. 21). Sua principal preocupação era a formação de uma identidade amazonense pura, e por isso ele estudava a origem e características de diversos aspectos regionais. Devido ao seu campo de estudo, as religiões de matriz africana acabaram sendo presentes em suas pesquisas, nas quais ele classifica e tenta explicar as origens para a presença dessas religiões no Amazonas. Esse estudo foi feito principalmente no seu livro “Cultos de Santos e Festas profanos religiosas”, mas também é presente em outras obras e referenciado em algumas de suas cartas.

Contemporâneo a Mário Ypiranga, André Vidal de Araújo nasceu em 1899 em Goiânia, mas cresceu em Manaus, para onde se mudou com apenas seis anos. Foi juiz, promotor, pedagogo e sociólogo. Estudou no Ginásio Amazonense (atual Colégio Pedro II) e bacharelou-se em Direito pela Faculdade de Direito do Amazonas. Foi eleito para a cadeira 5 da Academia Amazonense de Letras e produzia para o Instituto Geográfico e Histórico do Amazonas (Diniz, 2002, p. 120). Seus trabalhos foram, em sua maioria, sobre as questões judiciais e criminais de Manaus, com uma preocupação particular com a criminalidade das populações marginalizadas, preocupação essa que refletia ideias higienistas presentes durante o período de sua atuação (Moreira; Andrade, 2023). No entanto, André Vidal também possui alguns escritos sobre a formação sociológica da cidade de Manaus, e nesses trabalhos se encontram presentes estudos sobre as religiões



de Matriz Africana, sendo sua principal obra sobre o assunto “Introdução à Sociologia da Amazônia”, de 1956.

As obras desses intelectuais mencionam nomes de lideranças e localizações de terreiros em Manaus, assim como tratam de aspectos a respeito da presença negra e das religiões de matriz africana no Amazonas. Torna-se possível, portanto, analisar a importância dessas religiões no momento da formação da cidade de Manaus.

O levantamento bibliográfico desses estudos clássicos tem o objetivo de fomentar pesquisas futuras sobre o tema e destacar a relevância da presença negra no estado do Amazonas. Serão demonstradas, também, algumas limitações das obras desses autores, que tinham como objetivo fazer um trabalho de quantificação dessa presença, não de descrição aprofundada de seus rituais e relações com a cidade. Considerando esse aspecto, será necessário fazer o cruzamento de dados com outros pesquisadores, como Chester E. Gabriel, que estudou a presença as religiões de matriz africana no Amazonas em 1985 na obra “Comunicações dos espíritos: umbanda, cultos Regionais em Manaus e a dinâmica do transe”, e Adriano Tenório, na obra “Pajelanças e cultos pretos em Manaus (1904 a 1940)” de 2021.

O apagamento da presença negra no Amazonas nas obras de Mário Ypiranga

Antes de analisar as obras desses autores, é necessário explicar o posicionamento de Mário Ypiranga acerca da presença negra no Amazonas. Em seus trabalhos, ao citar sobre a presença negra na região e as religiões de matriz africana, é necessário compreender que ele defendia que não havia uma presença negra expressiva no Amazonas. No livro, “Roteiro do Folclore Amazônico” volume 1 de 1964, Mário Ypiranga argumenta ser impossível pensar em uma cultura negra no Amazonas, devido à sua baixa presença na região e à “inimizade entre índios e negros”. Também mencionava que a pequena “mancha” na cultura amazonense que a presença do negro poderia ter causado foi se desfazendo pela cultura branca e pela cultura indígena. Escreve ele:

Ignoram os que defendem a influência negra na cultura amazonense que o infeliz estoque servil só deixou da sua incipiente passagem pela terra pequenas manchas, insignificantes manchas culturais que vão perdendo a significação, completamente eliminadas pelas culturas branquiloídes e indígenas (Monteiro, 1964, p. 28).

Mário Ypiranga também possui um artigo no livro “Estudos Afrobrasileiros”, organizado pelo Instituto Geográfico do Amazonas, onde reitera sua opinião sobre a não existência de uma cultura africana no Amazonas, utilizando os mesmos argumentos do seu livro “Roteiro de um Folclore Amazônico”. O autor alega que não faria sentido pensar



em uma manifestação folclórica puramente africana devido à baixa presença do negro africano na região do Amazonas e a presença negra que houvesse no Amazonas seria “brasileira”, por não possuir mais a “pureza” africana. Em suas pesquisas, Monteiro costuma procurar a “pureza” das manifestações culturais na tentativa de atestar-lhes a real procedência (Melo, 2020, p. 264).

Essa linha de raciocínio, de Mário Ypiranga que sugere a quase inexistência de uma população negra no Amazonas, foi por muito tempo presente na historiografia, principalmente devido à ideia da ausência da mão de obra escravizada negra na região, pois a maioria da mão de obra utilizada foi a indígena, por ser abundante e conhecer melhor a região para a extração das “drogas dos sertões”. Quando se tocava no assunto de uma possível presença negra, era para atestar que ela foi em menor quantidade e por isso teria uma influência ínfima na formação social e cultural da região (Melo, 2020). Todavia, atualmente existem estudos que mostram que, mesmo que tivesse ocorrido uma baixa aquisição da mão de obra escravizada no Amazonas em comparação ao restante do país, ainda é possível notar a existência dela, principalmente em ambiente urbano. Pozza Neto (2011, p. 74) afirma que “o Amazonas, no período do século XIX, contava com uma população média de 1.500 cativos. Pouco quando comparado com outras áreas do Império, mas uma quantia não menos relevante”.

Outro livro em que Mário Ypiranga cita a presença negra no Amazonas é “A catedral metropolitana de Manaus” de 1958, onde explica sobre a vinda de alguns negros forros e escravos para a construção das grandes arquiteturas em Manaus durante a expansão urbana; entretanto, ele alega que essa vinda foi mínima e que logo a mão de obra negra foi substituída pela indígena, devido ao custo-benefício. Além dos números oficiais apresentados pelo governo e utilizados por Ypiranga, Ygor Cavalcante (2011) também cita a vinda de escravizados fugidos do Pará durante esse período, sendo o Amazonas seu principal destino durante o período de expansão urbana devido à oportunidade de emprego e de esconderijo na cidade. Ainda que a cidade não dependesse estruturalmente da mão de obra escrava, suas poucas ruas e seus subúrbios contavam com vários serviços de cativos vagueando como “negros de ganho”.

O ideal de “pureza” da cultura amazonense sobre uma cultura negra também é algo bastante presente nos escritos de Mário Ypiranga, principalmente devido ao fato de que ele procurava apresentar uma singularidade da cultura amazonense em relação à cultura presente no resto do Brasil, para a promoção cultural da região e uma tentativa de formação da identidade regional (Falcão, 2015). Assim, Mário Ypiranga possuía uma



idealização onde o indígena e o caboclo puro seriam o ponto principal da cultura amazonense, em um sentimento romantizado e nostálgico (Carvalho Júnior, 2020). Para apresentar esse ideal de pureza, inferioriza a cultura negra para defender uma superioridade do indígena e do caboclo.

Devido ao seu ideal de pureza e de que não havia afrodescendente na cultura amazonense, Mário Ypiranga também vê a ideia de uma religião de matriz africana em solo amazonense como algo absurdo. Em “Cultos de Santos & Festas Profano-Religiosas”, ele alega já em seus capítulos iniciais que:

Falar numa origem africana é tentar criar uma cultura forânea duvidosa. Será mais consentâneo porventura dizer que se trata de uma cultura brasileira, porque evidentemente todo esse complexo mágico-religioso que invade o território cristão animando-o, mas não eliminando o substancial é apenas o relativo esforço de uma herança longínqua que para as festas demoram basilarmente no sincretismo cristão-nagô. Fora daí não sobrexiste nenhuma influência do credo africano nessas festas em termos de rompimento com o convencional. Apenas uma tendência democrática para justificar o culto a São Benedito ou dos gêmeos, Dois-dois do panteão católico-nagô. No interior do Estado do Amazonas é até duvidoso encontrar-se esse sincretismo, pelo menos numa época em que predominava o batuque, a magia negativa (Monteiro, 1983, p. 49).

Esse pensamento de Mário Ypiranga, que deslegitima a cultura negra por falta de uma “pureza”, desconsidera todos os aspectos ligados à colonização, que impossibilitava essa “pureza”, além de desconsiderar que aspectos da cultura negra terem se sincretizado com a cultura europeia foi um dos principais meios de resistência para manter essa cultura negra viva até a contemporaneidade. Tavares (2022, p. 38) reforça isso ao afirmar que, “em decorrência de terem sido impedidos de praticar sua fé, os negros foram amalgamando elementos da religião católica com elementos de matrizes africanas, colocando os orixás em sacralidades semelhantes à dos santos católicos”.

É necessário, então, pensar essa forma de resistência como um aspecto de pragmatismo presente nas religiões de matriz africana, sendo capaz de se adaptar à diferentes adversidades, o que torna possível adaptar aspectos do catolicismo para a realidade negra, criando mediadores entre a cosmovisão negra e aspectos da cultura branca europeia. Muniz Sodré explica que:

A “fé” implicada nessa força é bem diferente do sentimento individual e salvacionista (guiado por uma macrofinalidade) que traduz a fé cristã. Trata-se mesmo de uma força de afirmação ética (sentimentos e valores) do grupo, capaz de se transformar, absorvendo, nas rupturas do tempo histórico, as singularidades de um território (Sodré, 1988, p. 97).



Apesar de Mário Ypiranga negar a participação da cultura negra no Amazonas, ele, ao apresentar as casas de culto de santos, terreiros e os rituais de cerimônia, demonstra que existe tal presença negra, além de apresentar um riquíssimo panorama sobre as casas, terreiros, locais, lideranças, algumas descrições etnográficas e alguns aspectos ligados às suas prováveis origens em Manaus. Dessa forma, é possível, através dos escritos de Mário Ypiranga e dos outros escritores, construir o panorama de uma Manaus marcada por uma presença negra.

As religiões de matriz africana em Manaus

Mário Ypiranga classifica a população nordestina, que veio para a cidade devido ao ciclo da borracha, como a real parcela de população negra presente em Manaus. A vinda de nordestinos durante o fim do XIX e início do XX, durante o auge gomífero, é um fato conhecido sobre a história do Amazonas. De acordo com Silva Neto (2011, p. 1), “cerca de 300.000 migrantes nordestinos, oriundos ‘geralmente das zonas do agreste e sertão do Ceará, Paraíba, Pernambuco, Rio Grande do Norte e outros estados nordestinos’ ingressaram nos seringais amazônicos no período entre 1877 e 1920”. Para o autor, entre os fatores que pesaram na decisão de migrar, estavam as secas e a situação de fome.

Mário Ypiranga desenvolve no primeiro volume de “Roteiro do Folclore Amazônico” (1964) comentários sobre elementos de cor nordestinos. Ele explica sobre alguns bairros onde esse grupo estava mais presente e, ao analisar seu outro livro, “Cultos de Santos e Festas Profano- Religiosas” (1983), é possível notar os bairros onde estão mais presentes os terreiros descritos pelo autor, a saber, os bairros da Cachoeirinha e o da Praça 14. Pelos escritos de Monteiro, observa-se que grande parte dos terreiros eram comandados por pais e mães de santo advindos do Nordeste; também nas pesquisas de Geraldo Pinheiro e Chester E. Gabriel, ao levantar os primeiros dados sobre os cultos pretos em Manaus, mostram que a maioria dos praticantes eram, de fato, oriunda do Nordeste, principalmente, do estado do Maranhão (Tenório, 2021, p. 91). Monteiro enfatiza que a Cachoeirinha foi o bairro com maior presença negra no começo da vinda desses migrantes nordestinos para Manaus, durante o período de 1900, mas o bairro que, durante a escrita de seu livro, mais abrigaria negros seria o da Praça 14 (Monteiro, 1964, p. 65).

Mário Ypiranga, então, classifica e explica diferentes expressões culturais do folclore amazônico, citando no capítulo sobre danças o chamado “Tambor de Crioulo”, que ocorria na Praça da Saudade:



Desse tipo de elaboração nada mais resta entre nós, ao que me consta e me permito acreditar, do que uma vaga recordação, pois desapareceu completamente de Manaus, não sendo nem sequer popular no Estado. Existiu pelos fins do século, no local onde hoje está aberta a Praça da Saudade, uma seara de negros forros mais conhecida por Costa d'África, e ali os negros se permitiam toda sorte de danças e batuques (Monteiro, 1964, p. 115).

Mário Ypiranga, no primeiro volume do livro “História da Cultura Amazonense”, publicado em 1977, explica que, inicialmente, na região do Amazonas, apenas aspectos herdados do catolicismo estavam presentes religiosamente e que as religiões de matriz africana só chegariam no Amazonas “muito mais tarde” e que as religiões de matriz africana já possuíam muitos aspectos do sincretismo com o catolicismo e aspectos africanos, sem tantos aspectos indígenas: “O sincretismo religioso conhecido pelo nome genérico de candomblé, batuque, nos primórdios, e hoje muito alterado, é, exclusivamente, africano, composto também por duas bandas, original nativa e cristã” (Monteiro, 2016, p. 300).

Segundo Chester E. Gabriel (1985), os batuques vieram principalmente do Pará e do Maranhão, mas aqueles encontrados em Manaus não possuíam muitas semelhanças com o dessas regiões. O batuque em Manaus era caracterizado pelo bater de tambor e não havia seções como nos centros de Umbanda, além de possuírem festas durante os períodos do ano em que ocorriam festas para os Santos Católicos e cultuavam os orixás (Gabriel, 1985, p. 111).

No segundo volume do livro “História da Cultura Amazonense”, publicado em 1998, Mário Ypiranga explica novamente sobre a baixa presença negra no Amazonas, atribuída aos nordestinos vindos para a extração da borracha, especialmente do Maranhão, Sergipe e Bahia. Esses nordestinos, majoritariamente negros, formaram a chamada “Costa da África”, descrita por Mário Ypiranga da seguinte forma: “Foram localizados na região chamada Costa da África, em Manaus, vizinha à Praça da Saudade. Aquele grupo deu o que fazer à polícia da época com as suas reuniões religiosas que acabavam quase sempre em baderna” (Monteiro, 2016, p. 513). Essas reuniões religiosas não são especificadas, mas, por gerarem confronto com as forças policiais da época, poderiam vir a ser reuniões de religiões de matriz africana.

Mário Ypiranga explica que, além dos aspectos do sincretismo com o catolicismo já presentes ao chegar no Amazonas, as religiões de matriz africana se misturam com a pajelança indígena:

Para uma análise fria do acontecido, que continua exposto atualmente com a introdução da Umbanda, a degenerescência é fato comprovado porque não



somente na religião como nos costumes o africano e seu descendente não puderam sustentar a sua cultura nem muito menos aspectos dela, frente à absorvente cultura indígena-portuguesa (Monteiro, 2016, p. 518).

A presença da pajelança em Manaus durante os períodos 1904 e 1940 também é estudada por Adriano Tenório (2021). Em sua pesquisa de mestrado, ele menciona que a pajelança no ambiente urbano era encontrada majoritariamente em bairros pobres, com uma ampla população racializada, como o bairro da Cachoeirinha. A Pajelança era utilizada, em sua maioria, para cura — no entanto, esses atos eram extremamente discriminados e perseguidos pelos jornais da época.

Mário Ypiranga, então, fala sobre a presença do tambor como um aspecto da cultura negra no Amazonas, que foi proibido durante determinado período:

Em Manaus, na década dos vinte, a oligarquia Rego Monteiro proibiu drasticamente o uso dos tambores tanto nos batuques como nos Bois-Bumbás. Para aqueles, principalmente, houve até arrasamento de terreiros (da conhecida Mãe Joana, na Cachoeirinha) e para estes a proibição inclusive de circulação nas ruas centrais por causa dos atritos costumeiros, brigas e facadas (Monteiro, 2016, p. 519).

Mãe Joana, mencionada na citação, é uma figura famosa, a quem muitas vezes é atribuído o papel de umas das precursoras dos cultos pretos na cidade de Manaus. Contada brevemente por Chester E. Gabriel, que utiliza como fonte os escritos de Geraldo Pinheiro:

O centro de Batuque mais antigo, localizado no bairro do Morro da Liberdade, foi iniciado por Joana Maria da Conceição, familiarmente conhecida como Joana Gama. Nascida em São Bento, pequena cidade do interior do Maranhão, ela fora iniciada na famosa casa de culto de São Luís do Maranhão, a Casa de Nagô, por Mãe Josefa, líder daquele centro, africana de nascimento. Todas as fontes de informação concordam em que a casa de culto fundada por Joana Gama, em Manaus, é de fato a mais antiga da cidade. A data exata da sua fundação não é conhecida, mas calcula-se que tenha sido por volta de 1900 (Gabriel, 1985, p. 147).

No texto de Monteiro, ele afirma que o terreiro de Mãe Joana está localizado na Cachoeirinha, já Chester E. Gabriel alega ser no Morro da Liberdade; essa divergência provavelmente ocorre devido à proximidade desses bairros.

Segundo Tenório (2021), Mãe Joana era conhecida na cidade, e seu nome, ao ser mencionado em notícias dos jornais, vinha seguido do termo “célebre”. Em sua pesquisa, entre os casos de polícia envolvendo Mãe Joana, o autor encontrou um artigo do ano de 1926, no qual se noticiava que a polícia fechou o local de culto de Mãe Joana devido às denúncias dos moradores. Na notícia, é possível notar que o local era vigiado pelas



autoridades policiais, mas o nome de Mãe Joana não estava entre os presos (Tenório, 2021).

O próximo livro a ser analisado é o “Cultos de santos & festas profano-religiosas”, publicado em 1983. Nessa obra Mário Ypiranga apresenta um vasto material sobre religiões de matriz africana em Manaus. Nela, o autor pretende apresentar a origem e as formas como são realizados diversos festejos em homenagem aos Santos na cultura amazonense, também explora como essas festas possuem aspectos cristãos misturados com aspectos da cultura negra e indígena. O livro é ricamente ilustrado com imagens produzidas pelo próprio autor durante sua pesquisa e possui uma descrição etnográfica das festas para as quais o autor realizou pesquisa de campo.

Logo no início do livro, na seção de “Dedicatória e agradecimentos”, o autor faz uma dedicatória para duas Mães de Santo, com o seguinte texto, “Mãe Hortênsia da Natividade e Mãe Joana Galante foram duas criaturas maravilhosas que passaram pela vida semeando benefícios através seus credos e suas atividades de orixás Que a tranquilidade de Aruanda lhes seja eternamente propícia.” No momento da publicação do livro, Mãe Joana Galante já estava falecida.

Sobre Mãe Hortênsia não foram encontrados escritos, mas a respeito de Mãe Joana Galante existe uma pequena biografia em um livro de 1985 sobre os bairros de Manaus, feito pelo Governo Gilberto Mestrinho, chamado “São Jorge: dos Santos e dos Orixás”. Segundo o livro, o nome verdadeiro de Mãe Joana Galante era Joana Almeida dos Anjos. Ela veio do Pará e se estabeleceu na Rua Leonardo Malcher, n.º 171. Ganhou o apelido de “Galante” por ter sido “madrinha” e patrocinadora do boi-bumbá “Galante”, do Boulevard Amazonas. Em 1947, recebeu do Dr. Leopoldo Neves a doação de um terreno localizado no Morro das Corujas (São Jorge), onde ela estabeleceu seu terreiro, localizado em diagonal à ponte de São Jorge, na Rua Humberto de Campos (Abreu; Silva; Marques, 1985). Esse trecho demonstra como Mãe Joana Galante possuía prestígio social e a ligação entre festas de boi e as religiões de matriz africana.

O terreiro de Mãe Joana Galante se chamava “Centro Umbandista São Sebastião”. As festas para São Sebastião realizadas pelo terreiro, segundo Moacir Couto de Andrade (1978), atraíam grandes multidões e alegavam que Mãe Joana Galante era conhecida e estimada em toda Manaus (Andrade, 1978, p. 71).

Mário Ypiranga explica, no capítulo inicial do livro, denominado “Crendices”, que essas festas em homenagem aos santos ocorrem há muito tempo, aparecendo nas fontes utilizadas pelo autor desde cerca de 1700. Nessas festas, já existiriam aspectos de



sincretismo, como em uma festa realizada para São Benedito, descrita em um texto publicado em 1892 por um viajante francês chamado Oliver Ordinaire.

Mário Ypiranga explica que a devoção a São Benedito começou a ocorrer de forma ostensiva durante o século XIX, com a chegada dos imigrantes maranhenses, que trouxeram consigo o candomblé, que no Amazonas foi denominado batuque, e começaram a viver na região denominada “Costa d’África” (Monteiro, 1983).

No livro, há um calendário no qual o autor lista a data, local e a vertente religiosa em que a festa ao santo é realizada, apresentando as festas com religiões afrodescendentes que ocorriam em Manaus. As principais festas que ocorriam em terreiros eram as festas de São Sebastião, São Lázaro, Divino Espírito Santo, São Jorge, Nossa Senhora da Conceição e São Cosme e Damião. Os bairros onde estavam os terreiros estudados por Mário Ypiranga eram: São Jorge, Cachoeirinha, São Lázaro, São Francisco, Raiz, Avenida Duque de Caxias e Morro da Liberdade. Esses terreiros pertenciam à Mãe Joana Galante (São Jorge), Mãe Zulmira (Cachoeirinha), Mãe Angélica (Cachoeirinha), Mãe Miguelina (Praça 14), Mestre Zilmo da Silva Cordeiro (São Francisco), Senhor Geraldo (São Lázaro), Senhor Ermínio Cavalcante do Rosário (São Francisco) e Centro Umbandista Bom Jesus de Nazaré (Raiz). O Centro Umbandista Bom Jesus de Nazaré é o único para o qual Mário Ypiranga não informa o nome da liderança.

O autor então realiza descrições mais aprofundadas de algumas festas em terreiro, nas quais ele havia feito trabalho de campo. A primeira é a festa do Divino Espírito Santo, que ocorria no terreiro do Mestre Ermínio Cavalcante do Rosário, localizado no bairro de São Sebastião. Mestre Ermínio incorporava uma entidade denominada Caboco Roxo e outro chamado Dom João Soleira; seu orixá seria Ogum. Nessa festa, observou aspectos de origem indígena, cristã e nagô. Mário Ypiranga descreve parte da preparação da festa da seguinte maneira:

A tiração do mastro é realizada no dia 12 de abril com a presença obrigatória de todos os Juízes. Um caminhão leva o pessoal ao mato próximo. Aqui pedimos vênica para encaminhar nova especulação, está totalmente mágica, coadunada virtualmente com a sensibilidade do ritual amazonindio. O mestre Ermínio para entrar na mata pede antes licença a um nume ou a um deus protetor. A princípio ele não desejava explicar essa parte mas eu forcei declarando-lhe que conhecia toda a cerimônia do pajé, cerimônia resumida aqui, mas explicada em livro meu: antes de penetrar na mata para tirar madeira o Índio se imuniza, humilhando-se e prometendo dádivas (potáguas) ao deus departamental. Suborna o deus porque todo deus é subornável, oferecendo-lhe tabaco (o tabaco possui a virtude de “cortar”). Quando sai não deve olhar para trás. Dal que o mestre Ermínio não procrastinasse mais e esclarecesse que se pede licença a Ogum da Mata, derramando-se cachaça em cruz e pronunciando-se as seguintes palavras sacramentais: “Ogum, meu pai, permissão e que Deos cajá que brinca Tupã”. Um quiasmo tremendamente



perigoso com a intervenção de Tupã. Terminada esta arenga derrama-se cachaça em cruz sobre a madeira escolhida e acende-se três velas no local em que esteve o pau, fazendo antes a limpeza do terreno. Dizia mestre Ermínio que a realização desse cerimonial era para evitar que aconteça alguma coisa aos presentes, como ferimentos, lacerações, mordida de bichos peçonhentos, ou mesmo que o pau caindo atinja alguém. As palavras do peditório são ditas em língua Arumã. O pau é derrubado pelos homens e a casca retirada pelas mulheres sem nenhuma tradição vinculada às fases da lua. Pelo menos de dezesseis a vinte dias antes do cerimonial (Monteiro, 1983, p. 168).

Outra festa descrita com detalhes é a festa para São Lázaro, realizada no bairro da Cachoeirinha pelo Pai de Santo Zilmo da Silva, em cuja casa ocorre o “banquete dos cachorros”. Mário Ypiranga descreve a festa da seguinte maneira:

A comida oferecida aos cães é de origem baiana, constituída inicialmente de oferenda de pipocas em profusão atiradas por mestre Zilmo à volta da grande sala a fim de contentar os ares e descarregá-los de possíveis influências contrárias. O babalaô se dirige constantemente a Omulu (São Lázaro) e procede ao banquete: arroz com camarão arnalam, feijão fradinho. Nada de bebidas. Dessa comida comem apenas dois inocentes, sentados diante do renque de velas acesas fora do peji, no salão, depois são servidas as “festas” e no fim as pessoas admitidas no recinto amplo com trincheiras para os observadores visitantes e céu forrado de um sistema de papel frocado em cores (Monteiro, 1983, p. 259).

Segundo Ferretti (2011, p. 256), “o Banquete dos cachorros é uma cerimônia em homenagem a São Lázaro, uma forma de pagamento de promessa realizado na Casa das Minas, em outros terreiros ou em casa de particulares”. Mário Ypiranga (1983) explica que essa obrigação é feita pelo pai de santo há quinze anos, mas que andava ganhando cada vez mais adeptos ao longo dos anos. Em seguida, menciona que as festas a São Lázaro com o banquete dos cães ocorrem em Manaus desde 1900. Essa é a última descrição aprofundada de uma festa de terreiro no livro.

Também analisei as correspondências recebidas e emitidas por Mário Ypiranga, com o objetivo de encontrar alguma correspondência trocada com alguns dos líderes de terreiros citados no livro “Cultos de santos & festas profano-religiosas”. Infelizmente, não tive êxito em encontrar correspondências desses sujeitos específicos, mas encontrei cartas nas quais Mário Ypiranga explica algumas das referências de seus livros de maneira mais aprofundada.

Uma das correspondências foi enviada para Abguar Basto, um intelectual, jornalista e literato de Belém, também integrante da Academia do Peixe Frito (Reis, 2020, p. 130), e que pesquisava sobre as religiões de matriz africana, inclusive citando Mário Ypiranga como um dos dedicados em seu livro “Os cultos mágicos religiosos no Brasil”, de 1979. Na carta de 14 de janeiro de 1980, Mário Ypiranga alega ter lhe enviado fotos de rituais de candomblé de Manaus e matérias desses rituais; em seguida, na mesma



correspondência, Mário Ypiranga envia textos para ajudar Abguar a situar-se no seu livro “Cultos de santos & festas profano-religiosas”. Nessas notas, informa sobre a região aos redores da atual “Praça da Saudade”, antes chamada de “Costa d’África”, pois ali estavam localizados vários negros vindos do Maranhão em 1870. Ele menciona que lá existia um “ritual dos negros”, mas não se sabe muito sobre esses rituais.

Nessas notas, Mário Ypiranga também conta que, em 1900, existia no bairro da Cachoeirinha uma mulher originária da Casa da Mina do Maranhão, chamada Mãe Joana, que possuía um terreiro e que esse terreiro foi desmontado de forma violenta pela polícia Militar e Civil em 1923, no governo de César do Rego Monteiro.

Mário Ypiranga comenta a notícia do jornal “O Tempo”, de 14 de janeiro de 1917, que diz: “No cemitério de São José, por ali anda feitiçaria”, na qual se realiza a “denúncia” de “objetos estranhos” encontrados no portão do cemitério, como “uma galinha depenada, com o corpo crivado de alfinetes e enrolado em folhas verdes de uma planta que tem o nome de mucura-caá, muito conhecida dos feiticeiros e que nossos caboclos proclamam, usados em banhos, um magnífico preservativo contra a urucubaca”. No jornal é explicado que não foi possível identificar o autor da “mandinga”, pois provavelmente era feita de madrugada, mas que moradores começaram a vigiar com o objetivo de descobrir. Esse cemitério foi fechado após a inauguração do Cemitério São João Batista e, em seguida, aterrado, correspondendo ao local do atual Alético Rio Negro Clube, em frente à Praça da Saudade (Loureiro, 2015, p. 29).

Mário Ypiranga cita outras notícias do período de 1917, informando a localização de terreiros, como o Batuque no Igarapé do Teiú, denominado “São Jorge”, da preta Maria Oliveira, citada no jornal “Gazeta da Tarde” em 1917. O Igarapé do Teiú era mais conhecido como Igarapé da Cachoeira Grande ou de São Raimundo e grande parte dele foi aterrado durante o Governo de Eduardo Ribeiro em 1893; a outra parte agora é conhecida como igarapé do Mindu (Rovere; Crespo; Velloso, 2002). Mário Ypiranga também cita o Terreiro de Santa Bárbara, localizado no bairro de São Raimundo, de propriedade de Antônia Maria de Conceição.

Em carta enviada para Pedro Ubiretan de Lemos em 1 de junho de 1957, Mário Ypiranga responde a um questionário sobre a região do Amazonas. Na questão “Sobre o folclore?”, Mário Ypiranga comenta sobre o batuque da Mãe Joana, descreve como o terreiro na Cachoeirinha foi destruído pela polícia e que, após tal acontecimento, surgiu uma “lenda” popular de que ela teria feito a promessa de que o governo de Rego Monteiro não duraria muito. E de fato não durou, caindo pouco tempo depois, em 23 de julho de



1923. Mário Ypiranga finaliza expondo que os terreiros mais famosos no momento do envio da carta são os da Mãe Joana Galante, no Bilhares, e o Centro Africano Eiei Pandá, localizado na Cachoeirinha.

Em uma carta de 30 de junho de 1957, para Pedro Ubiretan de Lemos, que teria solicitado “material de macumba”, Mário Ypiranga alegar ter enviado uma foto da noite de 20 de janeiro de 1954, quando participou da festa de estreia do terreiro de candomblé da Mãe Joana Galante, no Bilhares. Ele relata que, no momento do envio da carta, em 1957, o terreiro já estava bem maior e então comenta que, durante esse período, ocorreu um aumento de terreiros em Manaus, como o da preta Antônia Lobão, no Seringal Mirim, e terreiros presentes no São Jorge, na Cachoeirinha, São Sebastião dos Bilhares, assim como nos arredores da cidade. Ele também menciona o Centro Africano Eiei Pandá — este um local sobre o qual ainda não consegui identificar maiores informações. Ainda na carta, Mário Ypiranga afirma que o terreiro mais conhecido da cidade era o da Mãe Joana Galante, mas o mais “sério” seria o Centro Africano Eiei Pandá. E, por fim, alega que os estudiosos sobre esse assunto são ele próprio, André Araújo, Geraldo Pinheiro e Nunes Pereira.

Com essa informação, dei início à pesquisa das obras de André Araújo. O primeiro livro analisado foi o “Introdução à sociologia da Amazônia”, de 1956, no qual o autor afirma, no capítulo nomeado “Um caso de afro-bantologia quibunda em Manaus”, que está realizando estudos pelos batuques de Manaus. No texto, ele alega que grande parte dos negros encontrados nos terreiros de Manaus são, na maioria, Mina-Gêge e que, em suas pesquisas, descobriu que os terreiros são frequentados predominantemente por negros africanos nagô. André Vidal então escreve sobre uma senhora vinda de Angola, chamada Guilhermina Monteiro de Lima, a qual teria contribuído para a formação da macumba na parte do igarapé da Raiz, localizado no bairro da Raiz. Seu interesse em Guilhermina se deve à busca de compreender a influência do bantu no linguajar dos terreiros de Manaus. Sobre sua pesquisa, Vidal declara que:

Esta tentativa é a consequência da dedução a que cheguei de que o quimbundo, como dialeto banta, teve sua contribuição no linguajar amazônico das macumbas do Igarapé da Raiz (...) Levantei este documentário a fim de que se estude melhor de parilha com o iorubá, as línguas, cousas, culinárias afronegras dos batuques do Amazonas (Araújo, 1956, p. 53).

Ainda a respeito de Guilhermina Monteiro, André Vidal explica que ela nasceu em Luanda e foi trazida para o Brasil por Dona Alzira Araújo para residir ao lado da rua “Porto Alegre”, em Manaus. Guilhermina, ao ser entrevistada, tinha cerca de 80 anos, era



cozinheira e ainda falava quimbundo, dialeto que era o interesse do autor naquele momento. A este respeito, Araújo resume a história das línguas bantu, desde a vinda desse dialeto com os escravizados para o Brasil. Ele também apresenta uma lista sobre como é pronunciado e o vocabulário que ele recolheu de Guilhermina, com o significado das palavras do quimbundo para o português, mas comenta que o vocabulário de Guilhermina já se encontrava “corrompido pelo português”.

André Vidal, então, se volta para a questão religiosa de Guilhermina Monteiro, pontuando que ela era amiga íntima de Mãe Joana e conhecia outras lideranças de terreiros. Vidal de Araújo afirma que Guilhermina:

Depois de muita luta, falou dos candomblés, dos terreiros de mãe Angélica, adiante da ponte da Raiz; mãe Joana, hoje Quintina, que esteve nos fundos da igreja de Sto. Antônio, no Pobre Diabo, Cachoeirinha; mãe Maria Estrela, no Seringal Mirim. Fala muito de mãe Joana, mulata escura, já morta, cujo terreiro funcionava nas matas da Cachoeirinha, igarapé da Raiz; Pedro Tartarugueiro que era um preto, também já falecido, cujo terreiro fechou, para os lados da Raiz, na zona da mãe Joana. Mãe Rosária, também velha preta. Esse terreiro era no lugar “Crespo Castro”, quase em frente de Marapatá. Mãe Efigênia, outra preta, cujo terreiro tinha funções perto de Adrianópolis, para os lados da Praça 14. Antônia Lobão, outra preta muito conhecida. O terreiro dessa era para os lados do Seringal Mirim, rumo da Cachoeira Grande (Araújo, 1956, p. 59).

No livro de Chester E. Gabriel (1985), Mãe Maria Estrela e Antônia Lobão também são citadas. Gabriel aponta que, do que se tem conhecimento, o terreiro liderado por elas era o terceiro mais antigo de Manaus:

Chama-se Terreiro Santa Bárbara. O centro foi fundado por Maria Rita Estrela da Silva. Dizem que era filha de escravos, nascida e criada em São Luís do Maranhão, onde era membro da Casa das Minas, uma das mais famosas casas de culto daquela cidade. Ela veio para o Amazonas, acompanhando uma família que se mudara de São Luís para Manaus, um pouco antes de 1908, e logo estabeleceu um Batuque nessa parte de Manaus chamada Seringal-Mirim. Sua companheira nesse empreendimento foi Antônia Lobão, que também fora escrava, quando menina, em Codó, no Maranhão. As duas trabalharam juntas durante anos, cuidando Maria Estrela dos aspectos culturais e Lobão das questões materiais (Gabriel, 1985, p. 147).

É importante ressaltar que o terreiro de Santa Bárbara ainda existe e se encontra sob comando de Pai Ribamar de Xangô, mas, infelizmente, o bairro de Seringal Mirim foi quase todo destruído durante a década de 1980 pelo Governo de José Lindoso, que desapropriou as terras para construção de um “Museu da Borracha”, o que nunca ocorreu. O local onde era o Seringal Mirim hoje se tornou uma subestação de energia da Amazonas Energia e resta apenas a memória da população negra que ali viveu. Essa memória persiste como resistência de uma história negra que foi apagada pelo poder público (Ambrosio; Araújo, 2023).



Chester E. Gabriel também comenta, a partir dos escritos de Geraldo Pinheiro, sobre Mãe Efigênia e Pedro Tartarugueiro. Mãe Efigênia, vinda do Maranhão, estabeleceu seu terreiro por volta de 1906 e 1910 e foi iniciada em Manaus por Pedro Tartarugueiro, sobre o qual Gabriel afirma não ter muitas informações, apenas que era discípulo de Mãe Joana. Sobre Mãe do Rosário, é dito que só possui a informação de que seu terreiro era considerado o quarto mais antigo da cidade e de que ela era mineira. Araújo (1956), ao pontuar sobre a proeminência da casa de candomblé de Mãe Joana, conta de seu filho de santo, Pedro Tartarugueiro, que fundou outro terreiro, mas este também já estava falecido, e comenta que a sucessora mais hábil de Mãe Joana foi uma mulher negra chamada Quintina, que estava com seus quarenta anos.

Sobre Mãe Quintina, Chester E. Gabriel menciona que, por volta de 1943, ela foi substituída por Mãe Zulmira Gomes, que dirigia o centro até o período de sua pesquisa, em 1977 (Gabriel, 1985). Uma pequena biografia de Mãe Zulmira é encontrada em um livro sobre os bairros de Manaus, publicado no Governo Amazonino Mendes, no qual é dito que seu nome era Zulmira Astrogilda Alves, nascida em Manaus, em 1928, era funcionária de Saúde Pública e exercia a função de auxiliar de laboratório. Seu terreiro se chamava “Terreiro de São Lázaro” e se encontrava na rua Vasconcelos Chaves. Tinha sido a ogã principal da Mãe Joana Galante, foi iniciada no Maranhão e possuía dois pais na cabeça: Zé Raimundo e moço Meméia Caviuçu (Abreu; Silva, 1987).

Voltando ao livro de André Vidal, no capítulo “Um caso de afro-bantologia quimbunda em Manaus”, ele continua descrevendo as cerimônias, os objetos utilizados, o que se bebia durante as cerimônias, os despachos, os banhos e sobre a incorporação dos Santos. Ele também explica rapidamente sobre a Jurema, dizendo ser uma árvore trazida de Pernambuco, que os pernambucanos vendiam para os trabalhos com sentido religioso, mas também para o boticário. Então, descreve rapidamente uma sessão de Jurema e faz um pequeno dicionário do vocabulário da Jurema e do candomblé (Araújo, 1956).

André Vidal finaliza o capítulo explicando sobre a culinária de Guilhermina e alega que ela não possui costumes de pureza africana de forma geral, mas que era importante registrar seu caso para a sociologia do Amazonas, mesmo que não houvesse completa “pureza africana” em seus hábitos (Araújo, 1956).

André Vidal retoma o tema das religiões de matriz africana em Manaus no capítulo “Magia e Medicina”, no qual comenta sobre a pajelança, que, segundo ele, é usada para fins medicinais. Vidal descreve brevemente como ocorrem as cerimônias de pajelança, que apresentam um grande sincretismo religioso com o espiritismo e a umbanda. Ele



afirma que: “Toda essa mística representa um acervo recebido dos antepassados dos caboclos. Hoje se sente um acentuado volume no sincretismo religioso com o espiritismo, com o círculo esotérico do pensamento e com o Umbandismo” (Araújo, 1956, p. 396).

Outro livro de André Vidal analisado para esta pesquisa foi “Sociologia de Manaus: aspectos de sua aculturação”, de 1974. Em um capítulo nomeado “As comunidades”, o autor lista os bairros pobres de Manaus. Em outro capítulo, ele comenta que esses são os bairros onde as religiões de matriz africana estão mais presentes na cidade.

No capítulo nomeado “Aspectos religiosos e algumas festas populares de Manaus”, André Vidal fala sobre as religiões de matriz africana na capital. Ele afirma que desde remotos tempos havia terreiros na cidade e descreve de forma resumida sobre as divindades, os fetiches e os alimentos sagrados. Também cita o nome de famosos pais e mãe de santos e onde a maioria dos terreiros se localizavam:

Pedro Tartarugueiro, Mãe Rosária, Mãe Efigênia, Antônia Lobão, Mãe Angélica, Mãe Quintina, Mãe Maria Estrela, foram outras personalidades que o povo estimou. Todos esses terreiros circundam a cidade, pelos bairros pobres: Raiz, Cachoeirinha, Caminho de Marapatá, Praça 14, Seringal Miri, Adrianópolis (Araújo, 1974, p. 241).

Considerações finais

Por meio desse trabalho, foi possível analisar o amplo acervo sobre as religiões de matriz africanas presente nos trabalhos de Mário Ypiranga Monteiro e André Vidal de Araújo, importantes pesquisadores da história de Manaus. Em seus trabalhos, encontramos uma catalogação comum nos estudos culturais desse período. Em seus respectivos objetivos de entender sobre a cultura amazonense, eles enxergam as religiões de matriz africana como uma expressão religiosa popular em Manaus. Além disso, em seus trabalhos, observam-se as principais lideranças religiosas daquele período e como a maioria dos terreiros estavam localizados em bairros importantes para a história da formação urbana em Manaus. Com isso, é possível notar como a história urbana manauara está intrinsecamente ligada à história das religiões de matriz africana, história urbana que, nos folhetins oficiais do Estado do Amazonas, possui um projeto claro de apagamento e desvalorização.

Embora as produções dos intelectuais mencionados neste trabalho tenham sido elaboradas no contexto de um desejo de uma formação da identidade amazonense, e por isso apresentam representações e descrições de questões culturais das religiões de matriz



africana, seus escritos podem ser utilizados como uma espécie de “cavalo de santo”, isto é, como mediadores para a compreensão e lembrança dos antepassados citados em seus trabalhos — a exemplo de um terreiro citado por Márcio Goldman (2011), que utilizava os escritos de Roger Bastide para compreender seu passado. Não por uma questão acadêmica, mas por questões da ancestralidade, pois Bastide havia entrado em contato direto com grandes sacerdotes e sábios das religiões de matriz africana. O costume de entrar em contato com a possessão divina permitiria que esses autores compreendessem um conhecimento que não era deles, como “médiuns” ou “cavalos”, que transportavam a palavra — que significa força e ação (Goldman, 2011).

Este trabalho buscou apresentar os vestígios das religiões de matriz africana em Manaus presentes no trabalho de Mário Ypiranga Monteiro e André Vidal de Araújo, bem como destacar a cultura afrodescendente na região, ampliando o conhecimento sobre a diversidade religiosa e social presente na cidade, estimulando pesquisas sobre a presença negra no Amazonas, um campo que está sendo cada vez mais estudado. Esta pesquisa é apenas um ponto de partida para entender a formação das religiões de matriz africana em Manaus durante o período de 1959 a 1998, visto que o trabalho desses intelectuais apresenta um panorama limitado — considerando o espaço deste artigo e até mesmo as pesquisas de outros autores, como Moacir Couto de Andrade — e que necessita ser cruzado com outras fontes.

Data de Submissão: 20/09/2023

Data de Aceite: 31/10/2023

Fontes

ARAÚJO, André Vidal de. **Introdução à sociologia da Amazônia**. Manaus: Editora Sergio Cardoso e cia LTDA, 1956.

ARAÚJO, André Vidal. **Sociologia de Manaus: aspectos de sua aculturação**. Manaus: Edições Fundação Cultural do Amazonas, 1974.

MONTEIRO, Mário Ypiranga. **A Catedral Metropolitana de Manaus**. Manaus: Editora Sergio Cardoso, 1958.

MONTEIRO, Mário Ypiranga. **Cultos de Santos & Festas Profano-Religiosas**. Manaus: Imprensa Oficial, 1983.

MONTEIRO, Mário Ypiranga. **Correspondência para Abguar Basto**. 14 de janeiro de 1980. Localizada no acervo da Biblioteca Mário Ypiranga Monteiro.

MONTEIRO, Mário Ypiranga. **Correspondência para Pedro Ubiretan de Lemos**. 1 de junho de 1957. Localizada no acervo da Biblioteca Mário Ypiranga Monteiro.



MONTEIRO, Mário Ypiranga. **Correspondência para Pedro Ubiretan de Lemos**. 30 de junho de 1957. Localizada no acervo da Biblioteca Mário Ypiranga Monteiro.

MONTEIRO, Mário Ypiranga. **História da Cultura Amazonense**. V. I e II. Manaus: Fundo Municipal de Cultura, 2016.

MONTEIRO, Mário Ypiranga. **Roteiro do Folclore Amazônico**. Tomo 1. Manaus: Editora Sergio Cardoso, 1964.

Referências bibliográficas

ABREU, Ângela; SILVA, Clair Ferreira da. **Cachoeirinha**. Manaus: SECOM, 1987.

ABREU, Ângela; SILVA, Clair Ferreira da; MARQUES, Orlene. **São Jorge: dos Santos e dos Orixás**. Manaus: SECOM, 1985.

AMBROSIO, Nicolay; ARAÚJO, César Alberto. Lavadeiras negras do Seringal Mirim foram apagadas pelo racismo ambiental. **Amazônia Real**, 05 jan. 2023. Disponível em: <https://amazoniareal.com.br/especiais/lavadeiras-negras-do-seringal-mirim-foram-apagadas-pelo-racismo-ambiental/>. Acesso em: 05 ago. 2023.

ANDRADE, Moacir Couto de. **Alguns aspectos da antropologia cultural do Amazonas**. Manaus: Casa Editora Madrugada, 1978.

CARVALHO JÚNIOR, Almir Diniz. Mestiçagem e tropicalismo no pensamento amazônico: Gilberto Freyre, Leandro Tocantins, Ferreira Reis e Ypiranga Monteiro. In: QUEIRÓS, César Augusto (org.). **Historiografia Amazonense em Perspectiva**. Manaus: Valer, 2020.

CAVALCANTE, Ygor Olinto Rocha. Fugido, ainda que sem motivo”: escravidão, liberdade e fugas escravas no Amazonas Imperial (1850-1888). In: SAMPAIO, Patrícia Melo (org.). **O fim do silêncio: presença negra na Amazônia**. Belém: Editora: Açáí, 2011.

COSTA, Valéria; GOMES, Flávio (orgs.). **Religiões negras no Brasil: da escravidão à pós-emancipação**. São Paulo: Selo Negro Edições, 2016.

COSTA, Selda Vale da. **Labirintos do saber: Nunes Pereira e as culturas amazônicas**. Tese (Doutoramento em Ciências Sociais – Antropologia) – Pontifícia Universidade Católica, São Paulo, 1997.

DINIZ, Almir. **Acadêmicos imortais do Amazonas: dicionário biográfico**. Manaus: Editora Uirapuru, 2002.

FALCÃO, Charles Maciel. **Mário Ypiranga Monteiro e os estudos de Folclore no Amazonas**. Manaus: Edua, 2015.

FERRETTI, Sérgio Figueiredo. Comida ritual em festas de Tambor de Mina no Maranhão. **Horizonte**, Belo Horizonte, v. 9, n. 21, p. 242-267, abr./jun. 2011.

GABRIEL, Chester E. **Comunicações dos espíritos: umbanda, cultos Regionais em Manaus e a dinâmica do transe Mediúnico**. Edições Loyola, 1985.

GOLDMAN, Marcio. Cavalos dos deuses: Roger Bastide e as transformações das religiões de matriz africana no Brasil. **Revista de Antropologia**, v. 54, n. 1, p. 407-432, 2011.



LOUREIRO, Antônio José Souta. **Um passeio pelas praças de Manaus**. 2. ed. Manaus: Imprensa Oficial do Estado do Amazonas, 2015.

MELO, Patrícia Alves. Rompendo o silêncio sobre a presença negra no Amazonas. Um breve balanço historiográfico. *In*: QUEIRÓS, César Augusto (org.). **Historiografia Amazonense em Perspectiva**. Manaus: Valer, 2020.

MOREIRA, Jeidson Eduardo Mendes; ANDRADE, Aldair Oliveira de. Apontamentos sobre influências filosóficas em escritos de André Vidal de Araújo. **REVES - Revista Relações Sociais**, v. 6, n. 2, p. 1-16, 2023. Disponível em: <https://periodicos.ufv.br/revs/article/view/16065>. Acesso em: 01 set. 2023.

POZZA NETO, Provino. Alforrias escravas na Província do Amazonas. *In*: SAMPAIO, Patrícia Melo (org.). **O fim do silêncio: presença negra na Amazônia**. Belém: Editora: Açáí, 2011.

REIS, Marcos Valério. Terra de Icamiba de Abgvar Bastos e a fundação do romance amazônico. **Projeto História**, v. 73, p. 128-153, 2022. Disponível em: <https://revistas.pucsp.br/index.php/revph/article/view/55362>. Acesso em: 10 set. 2023.

ROVERE, Ana Lúcia Nadalutti La; CRESPO, Samyra (superv.); VELLOSO, Rui (coord.). **Projeto GEO Cidades: relatório ambiental urbano integrado: Informe GEO Manaus**. Rio de Janeiro: Consórcio Parceria 21, 2002.

SANTOS, Edmar Ferreira. Na esteira do terreiro: religiões afro-brasileiras e associativismo na Bahia (1930-1970). **Afro-Ásia**, Salvador, n. 67, p. 276-308, 2023. Disponível em: <https://periodicos.ufba.br/index.php/afroasia/article/view/50670>. Acesso em: 12 out. 2023.

SANTOS, Edmar Ferreira. **O poder dos candomblés: perseguição e resistência no Recôncavo da Bahia**. Salvador: EDUFBA, 2009.

SILVA NETO, Manoel Aires da. A presença de migrantes nordestinos no Vale do Rio Branco. **EXAMÁPAKU**, v. 4, n. 1, p. 1-6, 2011.

SODRÉ, Muniz. **O terreiro e a cidade: a forma social negro-brasileira**. Editora Vozes, 1988.

SOUZA, Fabrício Magalhães de. **A formação da crítica literária acadêmica amazonense e seus itinerários pela poesia lírica do Amazonas (1982-2010)**. Tese (Doutorado em Sociedade e Cultura na Amazônia) - Universidade Federal do Amazonas, Manaus, 2020.

TENÓRIO, Adriano Magalhães. **Pajelanças e Cultos Pretos em Manaus (1904 a 1940)**. Dissertação (Mestrado em História) - Universidade Federal de Uberlândia, Uberlândia, 2021.

VILHENA, Luís Rodolfo da Paixão. **Projeto e missão: o movimento folclórico brasileiro 1947-1964**. Tese (Doutorado em Antropologia Social) – Museu Nacional, Rio de Janeiro, 1995.